

Dia a dia

AJ08275



“Minha paciência se esgotou”
JONAS CRUZ DE LIMA QUE PROTESTOU
EM CONCESSIONÁRIA CONTRA O EXCESSO DE
DEFEITOS DE SEU VEÍCULO. ■ PÁG. 10

Resposta. Empresa diz que vai enviar para o MPES informações sobre seu controle de pó preto

Ministério Público vai apurar poluição emitida pela Arcelor

GABRIEL LORDÉLLO

Órgão pretende que siderúrgica assine Termo de Compromisso Ambiental

DANIELLA ZANOTTI
dzanotti@redgazeta.com.br

■ O Ministério Público Estadual (MPES) abriu um inquérito civil para investigar se a empresa ArcelorMittal, localizada no Complexo de Tubarão, em Vitória, está causando danos ao meio ambiente, principalmente decorrentes da emissão no ar de particulados, conhecidos pela população como pó preto.

O promotor Gustavo Senna Miranda é quem está à frente do inquérito. Segundo ele, a Arcelor é contra um acordo que prevê medidas para o controle da emissão de poluentes, semelhante ao que consta no Termo de Compromisso Ambiental (TCA) assinado pela mineradora Vale em agosto do ano passado.

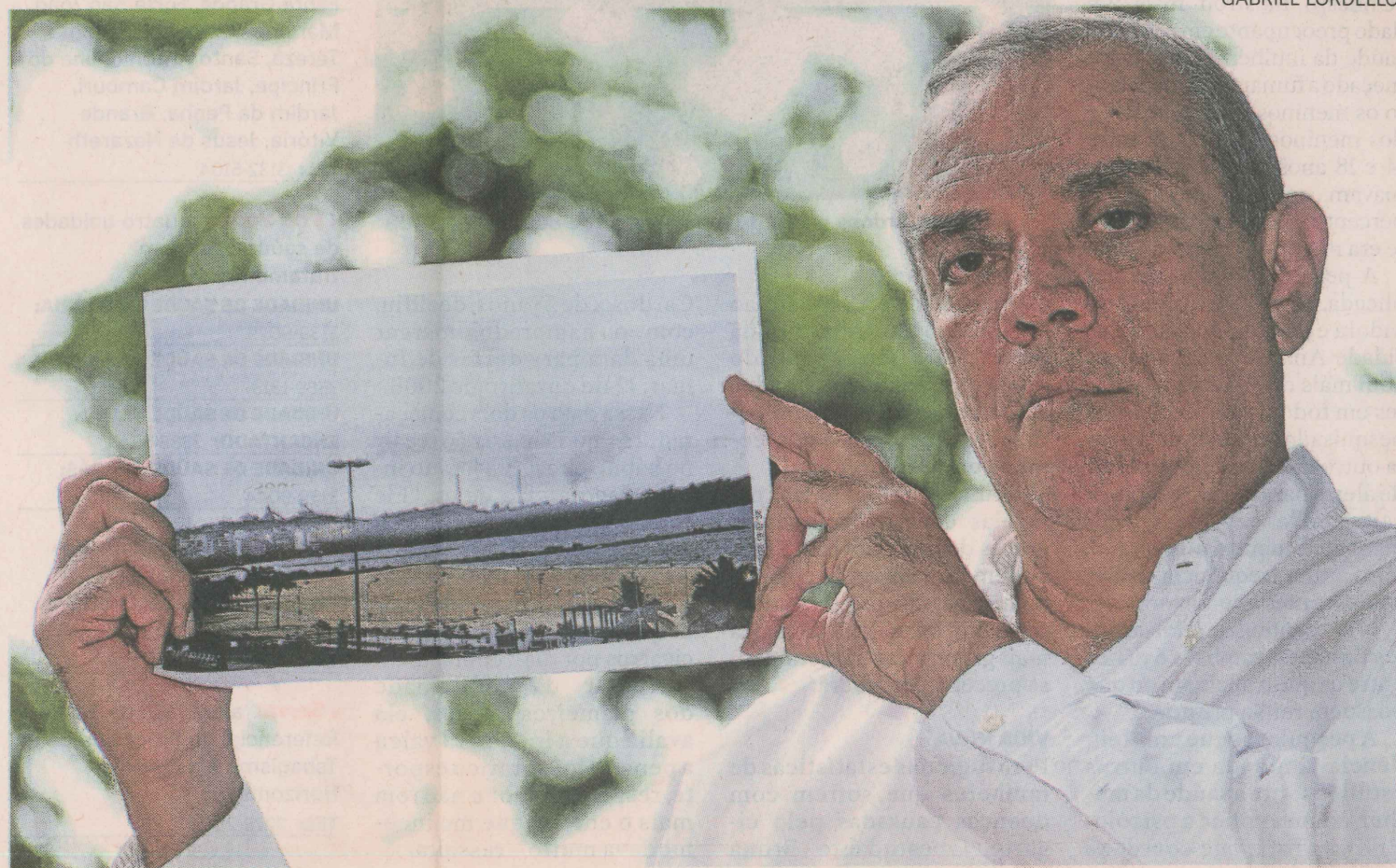
“O Ministério Público buscou contato com a empresa para tentar um acordo nos mesmos moldes da Vale, que está tentando se adequar, mas infelizmente não tivemos o retorno que esperávamos. Diante dos indícios de possíveis danos ao meio ambiente, como é sentido e visível pela população, eu tenho o dever de investigar”, justifica Senna. Para dar início à investiga-

ção, o representante do MPES requereu ao Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) cópias dos licenciamentos ambientais concedidos à empresa, e também todos os autos de infração emitidos pelo órgão para a Arcelor nos últimos cinco anos.

“As autuações podem revelar falhas, que seriam indícios de que alguma coisa está errada. Se possível, também vamos contar com técnicos para isso”, explica. O promotor destaca que o Ministério Público está aberto ao diálogo com a empresa, mas em último caso, se a Arcelor não se posicionar a favor das medidas antipoluentes, o órgão poderá instaurar uma ação civil pública.

“Vamos tentar estabelecer um diálogo novamente com a empresa. Na hipótese de estarmos convencidos, com a conclusão do inquérito, de que está ocorrendo concretamente um dano ao meio ambiente, não vamos medir esforços para tomar as medidas judiciais cabíveis, como uma ação civil pública”, afirma.

Na ação, segundo o promotor, a empresa seria obrigada a aumentar o controle da emissão do pó preto, por meio da instalação de telas antipoluentes, por exemplo. Senna não descarta a possibilidade de medidas mais drásticas, como o pedido de suspensão das atividades da siderúrgica.



Investigação partiu de pedido de moradores

■ A abertura do inquérito civil para apurar possível práticas poluidoras da ArcelorMitt-

tal também foi motivada pela insatisfação de associações de moradores de Vitória, que fizeram uma representação junto ao Ministério Público Estadual (MPES), no dia 13 de julho. A solicitação dos moradores é de que a empresa imple-

mente medidas antipoluentes similares as que foram adotadas pela mineradora Vale. O engenheiro Paulo Esteves, representante dos bairros Ilha do Frade, Ilha do Boi, Barro Vermelho, Santa Luzia, Praia do Suá, Mata da Praia, Praia do

Canto e Enseada do Suá, entregou ao MPES fotografias do Complexo Tubarão, que segundo ele, “demonstram o alto potencial poluidor da empresa, principalmente em relação a emissão de particulados (pó preto)”.

INFORMAÇÕES SERÃO ENVIADAS

ARCELORMITTAL TUBARÃO
Siderúrgica

■ Questionada sobre o inquérito civil aberto pelo Ministério Público Estadual, a empresa ArcelorMittal Tubarão se manifestou por meio de nota, que segue na íntegra: "A ArcelorMittal

Tubarão informa que recebeu um ofício solicitando informações relativas ao controle ambiental da empresa e seus possíveis impactos. A empresa levantará todas as informações solicitadas e encaminhará ao Ministério Público. Esta é uma prática de transparência junto à sociedade".

Licenças podem ser suspensas

Promotor pode fazer pedido ao lema se houver irregularidades; órgão diz que não há razão para tal medida

■ O promotor do MPES Gustavo Senna Miranda afirma que vai buscar todos os caminhos possíveis para que a ArcelorMittal Tubarão cumpra as medidas para a defesa do meio ambiente e para a quali-

dade do ar na Grande Vitória. O promotor diz estar disposto, inclusive, a notificar o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) para que suspenda qualquer renovação ou concessão de licenças ambientais para o funcionamento do Complexo Tubarão.

"O MPES poderia expedir uma notificação recomendatória. Temos esse poder garantido na Constituição Fede-

ral. Ao constatarmos ilegalidade, recomendamos primeiro uma atitude preventiva aos Poderes Públicos, para que se abstenham de tomar determinadas medidas. O Iema pode acatar ou não, mas terá que arcar com as consequências", esclarece o promotor.

A diretora-presidente do Iema, Sueli Tonini, afirma que o órgão vai disponibilizar todas as informações solicitadas pelo MPES, mas que, do ponto

de vista legal, não haveria razão para cassar licenças ambientais da empresa.

"A legislação vigente não tem um parâmetro sobre a emissão das partículas sedimentáveis. Isso só será possível com a conclusão, em fevereiro de 2010, de uma pesquisa que estamos fazendo". Hoje há dez pontos na Grande Vitória de monitoramento do pó preto. O estudo vai quantificar o percentual de emissão de cada empresa.

Prazo. Instalação de todas as estruturas para conter a poeira só deve acabar em julho de 2011

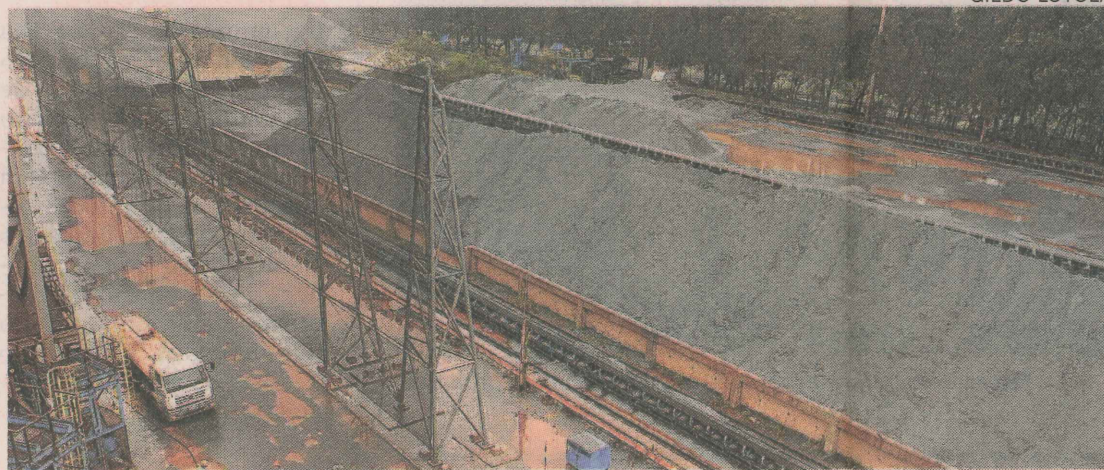
Vale inaugura 1ª etapa de cerca antipó

Expectativa é de que as barreiras, chamadas wind fence, reduzam cerca de 80% da emissão de pó preto

■ A primeira barreira (wind fence), instalada na Vale com a finalidade de diminuir a emissão de poeira espalhada pelo vento das pilhas de minério, será inaugurada hoje. A estrutura, porém, não está completamente montada, o que deve acontecer até o fim de setembro.

Outras quatro serão instaladas no Complexo de Tubarão até julho de 2011. Após a colocação de todas as telas, a expectativa é de que o equipamento diminua em cerca de 80% a dispersão de particulados, melhorando a qualidade do ar na Grande Vitória. O equipamento cerca os pátios de estocagem das usinas I a IV do Complexo de Tubarão. As barreiras são estruturas metálicas fechadas por telas de polipropileno que suportam ventos de até 120km/h.

Do fim de 2010 até essa data julho de 2011, o ar da região já deve ficar mais limpo, segundo



GILDO LOYOLA

RESISTÊNCIA. As telas são feitas de polipropileno e suportam ventos de até 120km/h

o gerente de Desenvolvimento Sustentável da empresa, Romildo Fracalossi. "O que nós esperamos é que no pátio onde ela está sendo instalada, a emissão de poeira seja reduzida em 80%. Estamos monitorando 30 dias antes, e vamos monitorar 30 dias após a instalação do equipamento. Com essa medição, teremos o número exato da eficiência do wind fence".

TERMO

O wind fence está previsto em aditivo de agosto de 2008 ao

Termo de Compromisso Ambiental (TCA), acordado entre a Vale, o Ministério Público Estadual e as comunidades da Grande Vitória em junho de 2007.

Hoje, o governador Paulo Hartung e representantes dessas entidades estarão na inauguração do equipamento.

O investimento da Vale na redução da emissão de poeira no Complexo de Tubarão é da ordem de R\$ 500 milhões. Além dos wind fences, a empresa também implantou o

sistema de enclausuramento das correias transportadoras, aplicação de supressor de pó e mais precipitadores eletrostáticos. Além disso, novos carregadores de navios serão instalados ainda este ano. (Melina Mantovani)

Samarco também estuda uso de telas

■ Em um acordo com o Ministério Público Estadual, a Samarco Mineração, localizada em Anchieta, no Sul do Estado, se comprometeu em investir R\$ 150 milhões em equipamentos e melhorias no sistema de controle do ar do pólo industrial de Ubu. O acordo, chamado Termo de Compromisso Ambiental (TCA), foi celebrado em junho deste ano, mas ainda não é possível mensurar em quanto será reduzida a emissão de pó na região. Até dezembro de 2011, a empresa vai fazer estudos para indicar o grau de efetividade das ações. A Samarco também se comprometeu em avaliar a viabilidade de uma barreira de vento - wind fence - que impede o carregamento de partículas de minério pelo vento. Caso não cumpra as medidas, a Samarco pode ser multada em R\$ 3 mil por dia, além de outras sanções.

Outras ações

- **Correias.** Telas impedem a dispersão da poeira em 40 pontos onde o minério é transferido de uma correia para a outra. Haverá instalação em outros 63 pontos até mês que vem
- **Precipitadores.** Os precipitadores eletrostáticos são caixas de aço que filtram 99% das emissões do processo de pelotização. Há 19 em funcionamento, e outros três serão instalados em casa pelotizadora até o fim de 2010
- **Carregadores.** Serão instalados ainda este ano tubos que evitam a dispersão de poeira durante o carregamento de minério nos navios
- **Supressor.** Produto cria película em torno da pelota de minério e reduz poeira
- **Polímero.** Produto químico misturado à água e aplicado sobre as pilhas de minério e carvão forma película que evita o arraste de particulados provocado pela ação do vento

ASSISTA NA WEB

Vídeo mostra como funciona o wind fence no www.gazetaonline.com.br/agazeta